

BIBLIOTECA ALFA-OMEGA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Série 1ª — Volume 1

ECONOMIA

SERGIO SILVA

# Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil

2ª Edição



EDITORA ALFA-OMEGA  
São Paulo  
1995

## I. INTRODUÇÃO

### SOBRE A PROBLEMÁTICA

O objetivo principal desse trabalho é o estudo das origens da industrialização no Brasil. A maior parte de suas páginas são contudo consagradas ao exame da economia cafeeira.

Isso se explica, inicialmente, pela impossibilidade de examinar nos limites desse trabalho as diferentes regiões do Brasil: dadas as fortes desigualdades econômicas entre essas regiões, um estudo sobre as origens da industrialização em todo o Brasil implicaria uma série de análises regionais.

A escolha da economia cafeeira deve-se ao fato de que ela foi o principal centro da acumulação de capital no Brasil durante o período. E na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira.

Finalmente, a razão fundamental da posição ocupada pela análise da economia cafeeira está em sua importância para explicar as características da indústria nascente brasileira. Toda a análise da economia cafeeira fundamenta o estudo das relações entre economia cafeeira e indústria nascente.

O aprofundamento do estudo das relações economia cafeeira-indústria nascente está apoiada em uma problemática onde a industrialização aparece como a última fase do período de transição capitalista. A indústria nascente é então considerada como resultado de um desenvolvimento capitalista prévio.

O estudo relativamente detalhado da economia cafeeira, mesmo se por momentos parece afastar-nos do assunto principal, constitui um momento indispensável à compreensão das características da indústria nascente brasileira, porque ele é o estudo das formas dominantes do capital durante o período em questão.

## 1. O café e a indústria

O café já era o principal produto brasileiro de exportação na década de 1840; mas na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir das décadas de 1860 e 1870, a produção cafeeira passou por transformações profundas. A história dessas transformações é a história da formação de novas relações de produção não somente na economia cafeeira mas no conjunto da sociedade brasileira.

No seu conjunto, o período da história econômica brasileira aqui estudado caracteriza-se pelo desenvolvimento e a crise da economia cafeeira; mas esse é também o período da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, do desenvolvimento do mercado, da rápida expansão das estradas de ferro, da aparição das primeiras indústrias. Esse período precede e cria condições necessárias à industrialização no Brasil.

A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado (inclusive o período imediatamente anterior à industrialização), que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.

São justamente as formas dominantes de luta política e ideológica pela "industrialização" e pelo "desenvolvimento"<sup>1</sup> que, a meu ver, conduziram a obscurecer os verdadeiros laços existentes entre a expansão cafeeira e a industrialização e a ressaltar de uma maneira unilateral a ruptura entre economia primário-exportadora e indústria.

A partir do exame do conceito de indústria (e de industrialização), espero poder contribuir para o esclarecimento des-

<sup>1</sup> Mais precisamente, a posição dominante da ideologia desenvolvimentista nos meios intelectuais brasileiros. A figura central dessa ideologia está na identificação entre desenvolvimento capitalista e desenvolvimento econômico em geral. A industrialização aparece aí como uma fase do desenvolvimento econômico em geral e não como uma fase do desenvolvimento capitalista. Enquanto tal, a industrialização pode ser oposta a todos os períodos que a precedem, sendo estes caracterizados pela predominância da agricultura. Em contrapartida, os ideólogos anti-industrialistas ou anti-desenvolvimentistas se preocupavam em demonstrar que o Brasil era um país "de vocação agrícola".

ses laços e ao mesmo tempo, colocar o período estudado aqui dentro de quadro teórico preciso, onde a expansão cafeeira e a industrialização apareçam como dois estágios da *transição capitalista* no Brasil.

Para melhor precisar essa problemática, torna-se necessário indicar certas características particulares à transição capitalista no Brasil; características que se explicam fundamentalmente pela ascensão do modo de produção capitalista a seu estágio supremo, e a constituição de uma economia capitalista mundial.

## 2. Industrialização e capitalismo

A industrialização tem sido objeto de numerosos trabalhos de sociólogos e economistas que estudaram bastante esse problema, especialmente sob seus aspectos sociais. Mas, na sua grande maioria, esses estudos examinam as *consequências* sociais da industrialização: trata-se então de analisar as "vantagens" e os "inconvenientes" de um certo tipo de industrialização, muitas vezes com o objetivo de orientar esse processo em direção determinada.

O importante é que se trata de orientar a industrialização e não mudar sua natureza mesma. Essa é uma consequência do fato de que, nesses estudos, a industrialização *em si mesma* é considerada unicamente como progresso das forças produtivas ou, para empregar os termos correntes nesses estudos, como progresso técnico, aumento da produtividade.

Nesse contexto, o estudo dos aspectos sociais da industrialização é reduzido à questão: como os frutos da industrialização são repartidos? Ou mais precisamente, quais são as relações existentes entre tal ou tal tipo de industrialização e tal ou tal tipo de distribuição de renda. Em outros termos, trata-se de saber se um perfil determinado da demanda, resultado de um dado tipo de industrialização, não constitui, em última análise e a mais ou menos longo prazo, um obstáculo ao próprio progresso da industrialização<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Um exemplo de uma questão dessa problemática: a utilização de técnicas *capital-inventivo* e suas consequências sobre um mercado de trabalho fortemente marcado pelo desemprego. A esse propósito, ver por exemplo Celso Furtado, *Um projeto para o Brasil*, Editora Saguá, 1969. Cf. especialmente pp. 37-58.

Sem negar que essas análises possam produzir — e que produzam efetivamente — conhecimentos sobre a sociedade brasileira e as formações sociais "subdesenvolvidas" em geral, é necessário notar que elas se limitam ao quadro ideológico resultante da industrialização. Ou seja, na medida em que a industrialização em si mesma, além de não ser posta em questão, permanece sendo o alvo a atingir, socialmente falando, então o objetivo final dessas análises é a identificação dos "obstáculos" à industrialização e dos meios de superá-los.

Para abandonar essa problemática — e os objetivos que são obrigatoriamente os seus — é necessário considerar a industrialização em si mesma (isto é, a industrialização enquanto progresso das forças produtivas) como um processo social, e mais precisamente como o *aspecto técnico* do desenvolvimento de relações de produção determinadas, como uma forma do desenvolvimento das forças produtivas adequada a relações de produção determinadas, no caso as relações de produção capitalistas. O que equivale dizer que é necessário considerar que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes.

O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é *somente* desenvolvimento das forças produtivas; é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho. Os dois processos estão intimamente ligados, de modo que um não existe sem o outro. Não há desenvolvimento das forças produtivas, sem sob relações sociais de produção dadas. Todo desenvolvimento de relações de produção implica um tipo específico de desenvolvimento das forças produtivas e portanto a transformação<sup>3</sup> das relações técnicas de produção correspondentes às antigas relações de produção.

A industrialização representa essa transformação (revolucionarização) do processo de trabalho pelas relações de produção capitalistas.

"Na manufatura e no artesanato — diz Marx — o trabalhador se serve de sua ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá, o movimento do instrumento de trabalho parte de

<sup>3</sup> O termo "transformação" é fraco. Não se trata, na verdade, de simples mudança nas formas, mas da revolução das formas de produção. O mais adequado seria empregar o termo: revolucionarização.

le; aqui, ele não faz mais do que o seguir. Na manufatura, os trabalhadores formam os membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles são incorporados a um mecanismo morto que existe independentemente deles".<sup>4</sup>

E mais além: "Em toda produção capitalista, na medida em que ela não cria somente valores de uso mas ainda a mais-valia, as condições de trabalho dominam o trabalhador, bem longe de estarem a ele submetidas; entretanto, é a máquina que primeiro faz dessa transformação uma realidade técnica".<sup>5</sup>

Nessa mesma ordem de idéias, é interessante examinar os resultados de pesquisas da equipe do Instituto de Sociologia da Universidade Católica de Milão. Elas ressaltam a ligação existente entre desenvolvimento "técnico" e desenvolvimento "social".<sup>6</sup>

"As características essenciais do processo de industrialização são, de um lado, a extensão e o alargamento da divisão do trabalho no interior de um mesmo grupo produtivo, e de outro lado a obrigação dos produtores humanos se conformarem ao ritmo e ao movimento do processo mecânico. Esse deslocamento técnico do centro de gravidade do processo tem os efeitos sócio-econômicos seguintes: a dependência crescente do trabalho frente ao capital e o papel sempre maior do capital enquanto força de coerção e de disciplina frente aos produtores humanos dentro da série de suas operações partilhadas".<sup>6</sup>

E ainda:

"... o advento e a generalização do sistema de fábrica representa com uma evidência particular o ponto culminante da ascensão ao poder da burguesia capitalista na Europa Ocidental".<sup>7</sup>

A noção de industrialização indica, portanto, a revolucionarização das forças produtivas pelas relações capitalistas.

Mas, tal qual é empregada em um grande número de estudos, a noção de industrialização esconde o verdadeiro con-

<sup>4</sup> Cf. K. Marx, *Le capital*, Ed. Sociales, 1957, T. III, p. 20.

<sup>5</sup> *Ibid.*, T. II, p. 104.

<sup>6</sup> Manoukian e Romagnoli, "Revoluzione industriale e sistema di fabbrica", *Studi di sociologia*, IX, n.º 3/4, Milão, Julho-dezembro 1971, p. 250. Esse artigo define o campo teórico de uma pesquisa sobre o desenvolvimento do capitalismo na Itália, da unificação nacional à primeira guerra mundial.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 257.

teúdo do processo, fazendo-o passar por processo de desenvolvimento neutro (socialmente neutro) das formas produtivas.

Ao nível de uma formação social dada, o que muitos economistas e sociólogos denominam nível ou grau de industrialização indica, de fato, o nível ou o grau de desenvolvimento do capitalismo. A relação entre o valor da produção industrial e o do produto nacional bruto, por exemplo, pode ser um índice do desenvolvimento do capitalismo, na medida em que essa relação nos dá uma idéia quantitativa da produção em que a dominação do capital é já uma "realidade técnica". As relações desse tipo constituem, portanto, nos limites da problemática que as engendrou, os índices das formas de dominação do capital sobre o conjunto da economia em uma formação social dada.

### 3. *Industrialização e transição*

A industrialização é o estágio final de uma fase mais longa do modo de produção capitalista: o período de transição<sup>8</sup>. No início, o capital subordina o trabalho nas condições técnicas dadas pelo desenvolvimento histórico anterior. Essas condições técnicas implicam a unidade do trabalhador e do meio de trabalho, ao nível do processo de trabalho, enquanto que a dominação do capital implica a dissociação formal do trabalhador e do meio de trabalho.

"Essa não correspondência é abolida em seguida, pela revolução industrial, cujo desenvolvimento precisamente tornou-se possível pela subordinação formal do trabalho ao capital".

Mas a transição da subordinação formal à subordinação real do trabalho ao capital não segue um desenvolvimento linear. O desenvolvimento do capitalismo em sua fase de transição — assim como o desenvolvimento do capitalismo em geral — é o resultado de um conjunto de contradições.

<sup>8</sup> Sobre a problemática da transição, ver Charles Bettelheim, *La transition vers l'économie socialiste*, pp. 9-28 e 153-174, e Charles Bettelheim, *op. cit.*, p. 23. Em lugar de "subordinação", para sermos mais fiéis ao autor, deveríamos falar de "subordinação", pois, para ele, esse é também o termo mais preciso. O termo "subordinação" entra em paralelo suficientemente rigoroso para os objetivos em questão. Além disso, sua maior divulgação certamente facilita a compreensão do texto.

Isso é muitas vezes indicado pela noção de resistência do antigo modo de produção dominante. Para recolocar essa questão na problemática que tento expor, é necessário, em primeiro lugar, distinguir os problemas da resistência do velho modo de produção dominante *antes e durante* a fase de transição. Esses problemas são evidentemente ligados, mas também são qualitativamente diferentes porque o modo de produção dominante não é o mesmo, nos dois casos.

Se no primeiro caso a noção de resistência pode ser justificada, no segundo ela deve ser afastada. Isso, pelas mesmas razões que levaram Bettelheim a afastar noções tais como "sobrevivência", isto é, porque o que se indica por resistência é, de fato, um resultado do conjunto das relações que constituem a estrutura de transição.

O fato de que essa estrutura seja entendida enquanto combinação de vários modos de produção não justifica o emprego dessa noção. A estrutura de transição não é uma simples justaposição de modos de produção diferentes. Os diferentes modos de produção em presença — digamos, "combinados" — se encontram modificados.

Os modos de produção dominados, pelo fato mesmo de sua dominação, "são outros que não em sua pureza . . ." o que é verdadeiro para os modos de produção dominados é verdadeiro, reciprocamente, para o modo de produção dominante cujas características são também em parte modificadas pelo fato mesmo de seu papel dominante<sup>10</sup>.

Os conhecimentos que possuímos sobre os modos de produção não podem constituir mais que um ponto de partida para o estudo das contradições próprias à estrutura econômica da transição. A presença das relações pré-capitalistas, a predominância dessas relações em certos setores ou mesmo em certas regiões de uma formação social em que o modo de produção capitalista é o modo de produção dominante, não podem ser corretamente explicados por uma "resistência" dessas relações às relações capitalistas, porque a própria existência dessas relações é o resultado de uma forma determinada de dominação do capital.

A presença de relações pré-capitalistas pode assegurar, por exemplo, que uma parte mais ou menos importante dos bens

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 13.

que entram na reprodução da força de trabalho não entre no preço dessa força de trabalho, os trabalhadores dispoendo de um pedaço de terra que cultivam eles mesmos ou com a ajuda de sua família; ou ainda — caso mais geral — os preços dos produtos alimentares não incluem a reprodução da força de trabalho dos trabalhadores agrícolas, que asseguram eles mesmos sua subsistência.

Esses sistemas, assegurados pela existência das relações pré-capitalistas, podem ser indispensáveis à reprodução do capital. Nesse caso, a transformação das relações pré-capitalistas não depende simplesmente de uma resistência dessas relações mesmas, mas implica a transformação das formas da dominação do capital.

As relações pré-capitalistas não existem, então, sendo enquanto relações articuladas-subordinadas às relações dominantes. O que nos interessa não são essas relações em geral, mas seu modo de articulação na transição capitalista, isto é, as formas específicas de dominação das relações de produção capitalista. Em última análise<sup>11</sup>, são essas formas que explicam as contradições próprias à transição capitalista e portanto o processo de criação das condições à industrialização.

#### 4. *Transição e economia mundial*

A fase de transição do capitalismo no Brasil se realiza quando o capitalismo já é dominante em escala mundial. Seu estudo coloca problemas novos, pois essa fase de transição apresenta contradições novas.

A dominação das relações capitalistas mundiais supõe um desenvolvimento anterior do modo de produção capitalista<sup>5</sup>, particularmente, a sua existência sob formas já bastante avançadas de um mercado mundial.

A dominação internacional das relações de produção capitalistas significa que a reprodução ampliada do capital não se realiza mais somente ao nível nacional, mas ao nível internacional. Esse fato já é indicado na tese sobre a predomi-

<sup>11</sup> "Em última análise" porque o desenvolvimento do capitalismo é também o resultado das contradições políticas e ideológicas, cuja importância não deve ser subestimada.

nância do movimento de capitais sobre o movimento das mercadorias ao nível das relações internacionais.

A dominação das relações capitalistas em escala internacional significa também a submissão do desenvolvimento de cada economia nacional, isto é, da reprodução do capital em escala nacional à reprodução internacional do capital. É a partir desse momento que podemos falar de *economia mundial*, na medida em que ela supõe obrigatoriamente um todo estruturado e não uma simples juxtaposição de partes desconexas<sup>12</sup>.

Nos países em que o capitalismo é ainda fracamente desenvolvido — os países que se encontram na fase de transição capitalista, os países em vias de industrialização ou em vias de desenvolvimento (capitalista) — o desenvolvimento do capitalismo apresenta contradições particulares devidas à posição subordinada que eles ocupam no seio da economia mundial.

Essas contradições aparecem em um primeiro momento da análise como "obstáculos" ao desenvolvimento do capitalismo nesses países<sup>13</sup>. Essa noção é perigosa, na medida em que ela faz pensar em "fatores" exteriores a esse desenvolvimento.

O que se indica pela noção de "obstáculo" é de fato um resultado desse desenvolvimento mesmo, isto é, da transição capitalista nas condições dadas pela economia mundial. Mais precisamente, esses "obstáculos" constituem um dos aspectos do desenvolvimento capitalista nos países dominados. O outro aspecto — sem o qual a noção de obstáculo perderia todo o sentido — é o desenvolvimento das relações capitalistas. Sobre esse ponto, é necessário ir ainda mais longe e afirmar o que é indicado (e escondido ao mesmo tempo) pela própria noção de "obstáculo": o desenvolvimento do capitalismo é o *aspecto dominante*.

<sup>12</sup> Sobre esse conceito de *economia mundial*, ver Charles Bettelheim, "Remarques théoriques", in A. Emmanuel, *L'échange inégal*, Maspéro, Paris, 1969, pp. 296-341, especialmente pp. 318-325. Esse texto está na base da problemática exposta aqui.

<sup>13</sup> A noção de obstáculo remete também às contradições próprias à transição capitalista, que examinamos na parte precedente deste capítulo de crítica da noção (ainda mais precisa) de "resistência" do velho modo de produção dominante. Em suas "Remarques théoriques" sobre a *troca desigual*, Charles Bettelheim apresenta uma crítica da noção de obstáculo (Cf. a proposta da noção de "blocage" das forças produtivas, pp. 314-318).

Esse duplo aspecto é melhor indicado pela fórmula segundo a qual o imperialismo é ao mesmo tempo, "obstáculo" e "elemento motor" do desenvolvimento capitalista nos países dominados. Ainda uma vez, desse ponto de vista também, o aspecto dominante é o desenvolvimento.

Se vamos ao extremo do raciocínio descritivo autorizado pela noção de "obstáculo", veremos que o "obstáculo" não pode ser pensado senão como um momento do desenvolvimento: o capitalismo encontra um obstáculo em seu desenvolvimento. Finalmente, esses obstáculos não existem senão porque o capitalismo se desenvolve.

Sendo assim, a noção de obstáculo indica um fenômeno bem real: as desigualdades do desenvolvimento das forças produtivas nas diferentes formações sociais. O desenvolvimento desigual é uma característica fundamental do modo de produção capitalista que se manifesta de uma maneira particularmente aguda quando ele se torna dominante ao nível internacional.

No seio da economia mundial, as diferentes economias "nacionais" são ligadas por relações de subordinação-dominância. As leis que asseguram a reprodução ampliada do capital em escala mundial asseguram ao mesmo tempo "uma forma determinada de dominação-subordinação das diferentes formações sociais, a reprodução do sistema das posições correspondentes a essas relações de dominação-subordinação, os ritmos desiguais de desenvolvimento que resultam dessas posições e as condições de troca que delas resultam".<sup>14</sup>

Ao nível da formação social, obstáculos e elementos motores são efeitos contraditórios de uma mesma estrutura, a estrutura econômica própria à formação social em via de desenvol-

<sup>14</sup> Cf. Charles Bettelheim, loc. citado, p. 121. A dominação das relações capitalistas nacionais e as relações de subordinação-dominância correspondentes, se impõem através de uma divisão internacional do trabalho desfavorável ao desenvolvimento dos países dominados. Ao nível da prática capitalista, essa divisão do trabalho se manifesta no mercado, mais precisamente como diferenças entre os preços do capital (considerado aqui enquanto mercadoria) e das forças de trabalho nos países "avançados" e nos países "atrasados". Nas análises econômicas feitas ao nível do mercado (das relações de troca), tende-se a privilegiar um desses dois aspectos do problema. O Tabor trabalha aparece como uma preocupação central nos estudos de A. Emmanuel (*A prova de Argel*), explicada pelo nível dos salários nos países dominados) ou de Celso Furtado (a questão da distribuição das rendas, in *Um projeto para o Brasil*).

vimento capitalista à época da dominação das relações capitalistas em escala mundial.

É necessário ainda explicar como essas contradições que remetem às relações de dominação-subordinação no seio da economia mundial, podem ser consideradas como contradições próprias ao desenvolvimento do capitalismo nos países dominados.

A explicação deve ser encontrada na própria natureza das novas relações que caracterizam a economia mundial capitalista. Essas relações, apesar de implicarem em formas de dominação políticas e ideológicas tão violentas quanto às da época colonial, apoiam-se fundamentalmente sobre relações econômicas. As relações de dominação-subordinação internacionais que caracterizam o mundo a partir do final do Século XIX são o resultado — ou melhor, uma manifestação — da dominação e reprodução das relações capitalistas em escala mundial.

Além disso — e esse fato é particularmente importante para o presente trabalho — essas relações econômicas internacionais estão inscritas nas estruturas econômicas nacionais, de acordo com a posição ocupada por cada nação no seio da economia mundial, enquanto formas específicas de reprodução do capital capazes de assegurar (não de modo homogêneo, mas através de um conjunto de contradições) a própria reprodução internacional do capital.

Por essa razão, essas contradições aparecem, ao nível de cada formação social, sob formas específicas a essas formações sociais, como contradições próprias às suas estruturas econômicas. Por essa razão, também, a mudança das formas de dominação do capital em um país dominado, a passagem a uma nova fase de desenvolvimento do capital em um desses países, geralmente põe em questão as formas vigentes de dominação internacional e, em todo caso, implica em uma mudança dessas formas.

As características específicas da transição capitalista nos países que ocupam uma posição subordinada na economia mundial, esta é a problemática que sustenta esse estudo sobre a economia brasileira do final do Século XIX à crise de 1929/1930.

<sup>15</sup> Também é impossível traçar uma linha de demarcação histórica e dizer: aqui termina o colonialismo, aqui começa a economia mundial capitalista e as relações de dominação-subordinação internacional que a caracterizam. As formas concretas de dominação não são jamais "puras".

café — ou de qualquer outro produto — nos níveis realizados no Brasil implicaria um desenvolvimento do mercado interno tal que a questão relativa à disponibilidade de terras seria certamente eliminada.

No limite, poderíamos ser tentados a afirmar que o capitalismo pode então ocupar espaços completamente vazios, importando todos os meios de produção e toda a força de trabalho necessários. Tal afirmação significa levar a nossa tese ao limite do absurdo. Na verdade, ela não pode ser deduzida de nossa tese, dado que não afirmamos que o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial suprima a necessidade de condições prévias ao nível de cada nação especificamente. Tal conclusão implicaria numa concepção inteiramente abstrata da economia mundial capitalista, fundada na ilusão do desaparecimento das economias nacionais, quando, na verdade, a economia mundial é uma estrutura complexa formada pelas relações internacionais.

Afirmamos, entretanto, que o desenvolvimento da produção capitalista ao nível internacional implica em que, *ao nível nacional*, as relações entre, de um lado, a acumulação de capital e, de outro, o aprofundamento da divisão do trabalho e o crescimento do mercado são profundamente transformadas. E são essas transformações — na verdade, modificação das formas de reprodução do capital ditadas pela constituição de uma economia mundial — que se manifestam através de uma acumulação relativamente rápida em relação ao crescimento do mercado interno ou outras "deformações" do gênero atribuídas ao subdesenvolvimento.

Em conclusão, essas formas de desenvolvimento do capital, onde a acumulação aponta-se sobretudo em um desenvolvimento extensivo da produção — isto é, com pouco aprofundamento da divisão do trabalho ao nível nacional — não podem ser atribuídas simplesmente à abundância de terras, visto que a própria abundância de terras deve ser explicada por essas novas formas de acumulação determinadas pelas transformações do capitalismo e a constituição da economia mundial capitalista.

#### IV. ORIGENS DA INDÚSTRIA

##### 1. O crescimento da indústria

Até o último quartel do Século XIX, os estabelecimentos industriais existentes no Brasil são pouco numerosos e o seu conjunto inexpressivo. Para Roberto Simonsen, o primeiro surto industrial ocorre na década de 1880 a 1890<sup>1</sup>.

Em 1885, registra-se em São Paulo o funcionamento de 13 fábricas têxteis com 1.670 operários e 3 fábricas de chapéus com 315 operários. No mesmo ano e no mesmo Estado sabemos ainda da existência de 7 empresas metalúrgicas que reúnem cerca de 500 operários. Em 1889, conta-se no Brasil 636 empresas industriais onde trabalham 54 mil operários. Em 1901, entre as 91 mais importantes empresas industriais paulistas, 33 empregam de 10 a 49 operários, 33 de 50 a 199, 22 de 200 a 499, duas outras ocupam 600 operários cada e uma empresa possui cerca de 800 operários<sup>2</sup>.

Para o período que procuramos analisar aqui — do último quartel do Século XIX à crise econômica de 1929 — as principais informações estatísticas disponíveis são fornecidas pela pesquisa realizada em 1907 pelo Centro Industrial do

<sup>1</sup> Roberto C. Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil e outras estudos*, Cia. Editora Nacional e Editora da USP, São Paulo, 1973, Cf. p. 16. Nesse primeiro trabalho, Simonsen indica uma série de dados sobre a indústria antes de 1880.

<sup>2</sup> Os dados relativos a São Paulo são extraídos de Aziz Simão, *Sindicato e Estado*, Domus, Editora São Paulo, 1966, pp. 21-23. Aquestes relativos ao Brasil, do estudo "Evolução Industrial do Brasil" de Roberto Simonsen, *op. cit.*, Ainda sobre a indústria no Brasil durante o Século XIX, destaque-se o capítulo III do trabalho de J. M. Martin, *Processus d'industrialisation et développement intégrés au Brésil*, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1966.

Brasil<sup>3</sup> e pelo recenseamento organizado pelo governo federal em 1º de setembro de 1920<sup>4</sup>.

Os dados gerais — resumidos na Tabela I — indicam uma progressão espetacular da indústria entre 1907 a 1920. Entretanto, é necessário levar em consideração que a pesquisa do Centro Industrial do Brasil não é exaustiva. Os seus autores estimam que o valor real da produção industrial brasileira em 1907 é de aproximadamente um milhão de contos de réis, isto é, cerca de 35% superior ao valor encontrado pela pesquisa.<sup>5</sup>

Se admitirmos, como sugere o próprio Centro Industrial do Brasil, que os pesquisadores deixaram de registrar principalmente as pequenas empresas situadas em regiões mais afastadas, podemos pensar que a margem de erro é ainda maior quando consideramos o número de operários e sensivelmente inferior quando consideramos os dados sobre capital e força motriz.

Consideramos então esses dados gerais como uma referência necessária, sem preocuparmos-nos entretanto em estimar a taxa exata de crescimento da indústria durante o período.

#### I. BRASIL. INDÚSTRIA. 1907 E 1920

Ano	Número de Empresas	Capital (Contos)	Produção (Contos)	Força Motriz	Número de Operários
1907	3.258	653.555	731.292	109.284	149.018
1920	13.336	1.815.156	2.959.176	310.424	275.512

Fontes: *Le Brésil et ses richesses*, vol. II, p. 373, e *Recenseamento de 1920*, Vol. V, pp. XXII e XXIII.

<sup>3</sup> Centre Industriel du Brésil, *Le Brésil, ses richesses naturelles, ses industries*, Paris, 1909, 3 vols. A partir de agora, essa obra será indicada simplesmente por *Le Brésil et ses richesses*.

<sup>4</sup> Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio, *Recenseamento do Brasil*, 1º de setembro de 1920, Rio de Janeiro, 1922-1929, 13 volumes. A partir de agora, essa obra será indicada simplesmente por *Recenseamento de 1920*.

<sup>5</sup> Cf. *Le Brésil et ses richesses*, vol. III, pp. IV-VII.

#### II. DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO. INDÚSTRIA. 1907, 1920 E 1929.

Ano	Número de Empresas	Capital (Contos)	Força Motriz (C.V.)	Número de Operários	São Paulo	
					Capital (Contos)	Força Motriz (C.V.)
1907	662	167.120	22.279	34.850		
1920	1.542	441.669	69.703	56.517		
1929	1.937	641.661	(*)	93.525		
São Paulo						
1907	326	127.702	18.301	24.186		
1920	4.145	537.817	94.099	83.998		
1929	6.923	1.101.824	(*)	148.376		

(\*) As fontes não indicam esses dados.

Fontes: *Le Brésil et ses richesses*, vol. II, tomo II, p. 273; *Recenseamento de 1920*, vol. II, tomo II, p. XXIX e vol. V, p. XXXVI; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, *Brasil Atual*, Rio de Janeiro, 1930; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1930. As duas últimas fontes são citadas por Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1970, p. 23.

Para analisar corretamente a importância da indústria nascente no Brasil, é necessário relacioná-la com as transformações econômicas e sociais por que passa o país e, em particular, a região das grandes plantações de café, isto é, a região formada fundamentalmente pelos atuais Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e, principalmente, o Estado de São Paulo.

A indústria se desenvolve muito desigualmente nas diferentes regiões do Brasil: desde o começo ela tende a concentrar-se na região do café. Na região acima delimitada (que inclui o antigo Distrito Federal) concentram-se 61% dos valores da produção industrial em 1907 e 65% em 1920. E sobre-

tudo no antigo Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro e sua periferia) e no Estado de São Paulo que encontraram a indústria nascida brasileira. Essas duas unidades da federação realizam 49% do valor da produção industrial em 1907 e 52% em 1920. Finalmente, é no Estado de São Paulo que a indústria cresce mais rapidamente: 17% do valor da produção em 1907 e 32% em 1920, contra 33 e 21%, respectivamente, no antigo Distrito Federal<sup>4</sup>.

As informações relativas aos anos de 1907, 1920 e 1929, apresentadas na Tabela II, indicam o vigoroso crescimento da indústria em São Paulo e no antigo Distrito Federal. Aqui também devemos fazer as ressalvas relativas à pesquisa de 1907, acima explicitadas.

No centro das transformações econômicas, por que passa o Brasil durante esse período estão a progressiva abolição do trabalho escravo a partir da Lei Euzébio de Queiroz (1851) e a rápida formação de um mercado de trabalho graças à imigração em massa a partir de 1880. Além de suas repercussões diretas sobre o desenvolvimento do comércio, a passagem para o trabalho assalariado é o índice de novas formas de produção.

Desde o início a produção de café serve à acumulação de capital. Mas, na década de 1880 a 1890, as necessidades historicamente determinadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pela sua inserção na economia mundial capitalista em formação conduzem ao rompimento com as formas de acumulação no trabalho escravo, características da economia colonial.

Essas transformações não podem ser reduzidas à passagem ao trabalho assalariado, sob o risco de não entendermos a própria passagem ao trabalho assalariado. O trabalho assalariado é o índice de transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive, uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção.

São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida *acumulação de capital baseada no tra-*

*balho assalariado*. E é como parte integrante dessa *acumulação de capital* que nasce a indústria no Brasil.

O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil; mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890.*

Como ponto de partida para a análise que propomos nesse trabalho temos então a definição da ruptura fundamental realizada no último quartel do Século XIX; ruptura que inclui a transformação da própria economia cafeeira e a passagem a novas formas de acumulação, baseadas no trabalho assalariado.

Esse estudo sobre as origens da indústria no Brasil é portanto *o estudo da geração de novas formas de acumulação baseadas no trabalho assalariado e no capital; das condições que determinam historicamente essas novas formas: a economia cafeeira e, através da economia cafeeira, o modo de inserção do Brasil na economia mundial capitalista.*

## 2. O crescimento da grande indústria

Ao colocarmos a análise do crescimento da indústria e, em particular, das relações entre a expansão cafeeira e o crescimento da indústria no quadro geral definido pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, temos como primeira conclusão o abandono da divisão puramente técnica entre agricultura e indústria. A predominância da agricultura não representa mais um critério absoluto para a determinação da amplitude de um período histórico. A partir do último quartel do século XIX, apesar da agricultura manter-se como a atividade dominante, as transformações das relações de produção determinam um novo período que, por suas características básicas, está muito mais ligado aos períodos posteriores, em particular à industrialização, do que aos períodos anteriores onde a acumulação se apoiava no trabalho escravo.

<sup>4</sup> *Le Brésil et ses richesses e Recenseamento de 1920*. Cf. quadro apresentado por Octávio Jamni, *O colapso da população no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, p. 34.

Esse tipo de análise possui uma outra consequência fundamental, mais importante ainda porque refere-se diretamente à indústria. No seio da própria indústria, devemos fazer uma diferença entre unidades de produção tais como o artesanato, a manufatura e a fábrica. As diferenças entre essas unidades de produção são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

A manufatura e a fábrica distinguem-se da empresa artesanal pelo número de trabalhadores que empregam. Nas duas primeiras, o número de trabalhadores é tal que o proprietário não se ocupa mais diretamente da produção e que a sua subsistência assim como a expansão da empresa não dependem mais diretamente do seu trabalho. Elas são todas as duas empressas capitalistas. Por sua vez, a fábrica distingue-se da manufatura pela importância do capital que emprega; a importância do capital manifesta ao nível do valor uma outra organização técnica do trabalho, caracterizada fundamentalmente pela mecanização. É na fábrica que a separação entre o trabalhador e os meios de produção — chave do sistema capitalista — torna-se uma realidade técnica.

Assim vemos que as diferenças entre esses tipos de unidades de produção estão diretamente relacionadas com as formas de produção dominantes. A fábrica é a unidade de produção tipicamente capitalista. Quando falamos em industrialização, pensamos na passagem para formas de produção baseadas na fábrica, na mecanização, pensamos no crescimento da chamada grande indústria. E, nessa passagem, incluímos a manufatura como uma forma de transição historicamente determinada.

Em consequência, chegamos à conclusão de que a principal deficiência dos dados até aqui apresentados sobre o crescimento da indústria está no nível de agregação. Nesses dados, sob o título geral de "indústria", encontramos lado a lado artesanato, manufatura e grande indústria. Para que possamos saber em que nível de desenvolvimento encontra-se o capitalismo no Brasil durante o período em questão — em particular, para que possamos aprofundar a análise das relações entre o café e indústria — é necessário desagregar esses dados, tentar separar os três tipos de unidades de produção.

Com esse objetivo reorganizamos os dados relativos ao antigo Distrito Federal e ao Estado de São Paulo, onde como

vimos, encontra-se a maioria do valor da produção industrial brasileira na época. Retiramos do conjunto de empresas industriais aquelas que empregam 100 ou mais operários. Dentro desse grupo, fazemos a distinção entre as que utilizam 100 ou mais operários ou um capital igual ou superior a 1.000 contos.

O critério relativo ao número de operários permite-nos reagrupar as manufaturas. Os estabelecimentos com 100 ou mais operários podem seguramente ser classificados como manufaturas de tipo médio ou superior. O critério relativo ao capital, permite-nos destacar as fábricas. De acordo com a taxa média de câmbio do ano de 1907, 1.000 contos de *réis* correspondem a cerca de 64 mil libras. Os estabelecimentos que empregam um capital igual ou superior a 1.000 contos devem certamente ser classificados como representantes da grande indústria. De agora em diante, com o objetivo de tornar menos pesada a redação desse trabalho, chamaremos essas empresas, com 100 ou mais operários ou capital igual ou superior a 1.000 contos de "grandes empresas".

Os resultados para o antigo Distrito Federal e para o Estado de São Paulo são apresentados, respectivamente, nas tabelas III e IV. A conclusão mais importante diz respeito à importância relativa das grandes empresas. O conjunto das empresas com 100 ou mais operários reagrupa, de acordo com os dados do Centro Industrial do Brasil, mais de 85% do capital, em São Paulo, e cerca de 70%, no antigo Distrito Federal. Ao nível do número de operários, essa importância parece também extremamente acentuada. As grandes empresas reagrupam 80% do número total de operários, em São Paulo, e 57%, no antigo Distrito Federal.

Devemos lembrar que a pesquisa do Centro Industrial do Brasil não registra todos os estabelecimentos industriais existentes na época; nela faltam sobretudo os pequenos estabelecimentos. Entretanto, os dados apresentados nas Tabelas III e IV são tais que, mesmo se considerarmos que o valor real da produção industrial do Estado de São Paulo (por exemplo) é simplesmente o dobro do valor da produção das empresas registradas na pesquisa do Centro Industrial e que todas as empresas não registradas possuem menos de 100 operários, teremos ainda uma elevada importância relativa para as empresas com 100 ou mais operários.

III. DISTRITO FEDERAL, 1907 (\*)

Empresas segundo o Capital e número de operários	Valores Absolutos				Médias			Números Relativos (%)			
	Número de empresas	Capital (mil réis)	Número de operários	Valor da Produção (mil réis)	Capital (mil réis)	Número de operários	Valor da Produção (mil réis)	Número de empresas	Capital	Número de operários	Valor da Produção
Menos de 1.000 contos e 100 ou mais operários	40	11.852:000	6.783	25.977:642	296:300	170	649:441	5,97	6,97	19,25	11,60
1.000 contos ou mais e 100 ou mais operários	24	104.199:040	13.273	77.430:392	4.341:627	553	3.226:266	3,58	61,30	37,66	34,58
1.000 contos ou mais e menos de 100 operários	2	4.354:786	140	12.856:000	2.177:393	70	6.428:000	0,30	2,56	0,40	5,74
Sub-total	66	120.405:826	20.196	116.264:034	1.824:331	306	1.761:576	9,85	70,83	57,31	51,92
Total da Indústria do Estado	670	169.989:045	35.243	223.928:542	253:715	53	334:222	100,00	100,00	100,00	100,00

(\*) Não são consideradas seis empresas que forneceram informações incompletas.  
Fonte: *Le Brésil et ses richesses*, vol. III.

IV. SÃO PAULO, 1907

Empresas segundo o Capital e número de operários	Valores Absolutos				Médias			Números Relativos (%)			
	Número de empresas	Capital (mil réis)	Número de operários	Valor da Produção (mil réis)	Capital (mil réis)	Número de operários	Valor da Produção (mil réis)	Número de empresas	Capital	Número de operários	Valor da Produção
Menos de 1.000 contos e 100 ou mais operários	43	16.212:500	8.422	28.112:250	377:035	196	653:773	13,19	12,70	34,82	23,81
1.000 contos ou mais e menos de 100 operários	27	89.563:630	10.884	60.647:460	3.317:171	403	2.246:202	8,28	70,13	45,00	51,36
1.000 contos ou mais e menos de 100 operários	2	4.000:900	108	2.660:000	2.000:900	54	1.330:000	0,61	3,13	0,45	2,25
Sub-total	72	109.776:130	19.414	91.419:710	1.524:668	270	1.269:718	22,08	85,96	80,27	77,42
Total da Indústria do Estado	326	127.702:191	24.186	118.087:091	391:725	74	362:230	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: *Le Brésil et ses richesses*, vol III.

Mais interessante ainda são os resultados relativos às empresas com 100 ou mais operários e um capital igual ou superior a 1.000 contos de réis. Elas regroupam praticamente todo o capital e a maior parte dos operários do conjunto das empresas com 100 ou mais operários. Dadas as considerações feitas no parágrafo anterior, devemos concluir pela elevada importância relativa desse pequeno grupo de empresas para o conjunto da produção industrial.

Vale a pena sublinhar que, se estimarmos como elevada a margem de erro da pesquisa de 1907 e considerarmos que todas as empresas não registradas possuem menos de 100 operários e capital inferior a 1.000 contos, diminuímos as porcentagens relativas ao capital e ao número de operários empregados nas grandes empresas, mas diminuímos também, e numa proporção certamente bastante superior, a relação entre o número das grandes empresas e o número total de empresas industriais. Em consequência, teremos uma participação elevada ao nível do capital e do número de operários para um grupo extremamente reduzido de empresas.

No que diz respeito aos números absolutos, podemos, para os nossos fins, ignorar as margens de erro da pesquisa do Centro Industrial, e dizer que pelo menos 39 mil operários trabalhavam nas grandes empresas; sendo que essas empresas possuem um capital de aproximadamente 230 mil contos. Podemos ainda destacar que mais de 24 mil operários trabalham em empresas com 100 ou mais operários e um capital igual ou superior a 1.000 contos; sendo que nesse pequeno grupo de empresas concentra-se um capital de aproximadamente 200 mil contos de réis. Em São Paulo, mais de 11 mil operários trabalham em empresas que empregam, em média, cerca de 400 operários e mais de 3 mil contos de capital. No ex-Distrito Federal, mais de 13 mil operários concentram-se em empresas que empregam, em média, 550 operários e cerca de 4 mil contos de capital.

Esses resultados parecem-nos fundamentais, tendo em vista, a força da tese segundo a qual, durante o período da hegemonia cafeeira, a indústria caracterizava-se por pequenas empresas voltadas para reduções mercados locais. Considerada a importância relativa do antigo Distrito Federal e do Estado de São Paulo para a produção industrial brasileira, esses dados representam uma revisão dessa tese. Em si mesmos, eles de-

monstram a necessidade de reestudar as relações entre café e indústria.

Passemos ao Recenseamento de 1920. Infelizmente, ele não permite o mesmo tipo de análise, pelo menos ao nível em que ela foi realizada para os dados do Centro Industrial. Podemos, entretanto, estudar para o antigo Distrito Federal a distribuição do capital e dos operários empregados. Os resultados desse estudo são apresentados na Tabela V. Para o Estado de São Paulo, devemos limitar-nos ao estudo da distribuição dos operários, cujos resultados são apresentados na Tabela VI. As conclusões principais desse estudo são a confirmação da importância relativa das empresas com 100 ou mais operários e a constatação do rápido crescimento dessas grandes empresas entre 1907 e 1920.

No que se refere à importância relativa das empresas com 100 ou mais operários, verificamos que, no antigo Distrito Federal, elas empregam 73% do capital e 63% do número total de operários. Em São Paulo, metas encontramos 65% dos operários. Levando em conta as correções já sugeridas dos dados de 1907, devemos concluir que a importância relativa das empresas industriais com 100 ou mais operários acentua-se entre 1907 e 1920. Fato que se destaca quando verificamos que mais de 20 mil operários, no antigo Distrito Federal, e mais de 30 mil, no Estado de São Paulo, trabalham em estabelecimentos industriais que empregam 500 ou mais operários. Afirma-se assim a nossa tese de que são essas empresas — e não as pequenas empresas dispersas pelo país — que melhor caracterizam a estrutura industrial brasileira durante o período estudado nesse trabalho.

Outra conclusão importante que devemos tirar desse estudo refere-se ao crescimento da indústria. Se mantemos a nossa hipótese sobre o caráter incompleto da pesquisa de 1907, isto é, se considerarmos que as empresas não registradas pelo Centro Industrial são praticamente todas pequenas empresas, devemos concluir que o erro ao nível das empresas de 100 ou mais operários é praticamente irrelevante. Ao nível dessas empresas podemos então comparar com relativa segurança os dados de 1907 e 1920.

Essa comparação mostra que no Estado de São Paulo, o número de empresas com 100 ou mais operários passa de 70

## V. DISTRITO FEDERAL, 1920.

Empresas segundo o número de operários	Números Absolutos			Números Relativos (%)			Médias	
	Número de empresas	Capital (contos)	Número de operários	Número de empresas	Capital (contos)	Número de operários	Capital (contos)	Número de operários
100 a 199	56	64.852	7.835	3,6	15	15	1.158	140
200 a 499	28	54.167	7.990	1,8	12	15	1.935	285
500 ou mais	15	201.473	20.017	1,0	46	33	13.432	1.334
Total	99	320.492	35.842	6,4	73	63	—	—

Fonte: Recenseamento de 1920, vol. II, tomo II.

## VI. SÃO PAULO, 1920

Empresas segundo o número de operários	Números Absolutos		Números Relativos (%)		Médias
	Número de empresas	Número de operários	Número de empresas	Número de operários	
100 a 199	68	9.122	1,6	11	133
200 a 499	47	14.413	1,1	17	307
500 ou mais	32	30.588	0,8	37	956
Total	147	54.123	3,5	65	—

a 147, e o número total de operários por elas empregados, de 19.414 a 54.123. No antigo Distrito Federal, o crescimento é também significativo: 99 empresas em 1920, contra 64 em 1907; 35.842 operários em 1920, contra 20.056 em 1907. Se adotamos a evolução do número de operários como índice do crescimento dessas, temos que, no antigo Distrito Federal, o crescimento é de quase 100% e, em São Paulo, ele é superior a 200%. Uma coincidência interessante: encontramos para as chamadas grandes empresas um crescimento semelhante ao que é sugerido para o conjunto da indústria através da comparação direta dos dados gerais de 1907 e 1920.

Evidentemente, não pretendemos negar agora o caráter incompleto das estatísticas de 1907 que não cansamos de afirmar. Nem diremos que a taxa de crescimento do conjunto da indústria é realmente tão elevada. Mas podemos afirmar que o crescimento das empresas com 100 ou mais operários é provavelmente tão espetacular quanto se pensava ser o crescimento do conjunto da produção industrial; e que são essas empresas as que crescem mais rapidamente durante o período. O que significa realinhar a importância relativa dessas empresas.

Para avaliar as implicações do caráter não exaustivo da pesquisa do Centro Industrial do Brasil, podemos corrigir os dados referentes à indústria a partir de uma série de hipóteses baseadas nas considerações dos próprios autores sobre a sua margem de erro e todas construídas com a preocupação de

acentuar aqueles elementos que poderiam contrariar a nossa tese sobre a importância relativa das empresas industriais com 100 ou mais operários ou capital igual ou superior a 1.000 contos.

1. Supomos que, no antigo Distrito Federal, o valor da produção é 35% superior ao registrado pelo Centro. Para o antigo Distrito Federal, essa estimativa da margem de erro é bastante elevada dado que ela coincide com a margem de erro estimada pelo Centro para todo o Brasil e que as informações sobre o antigo Distrito Federal são certamente as melhores de toda a pesquisa.

2. Consideramos que todas as empresas não registradas pelo Centro Industrial, isto é, as empresas responsáveis pelo acréscimo de 35% no valor da produção, são todas empresas com menos de 100 operários e menos de 1.000 contos de capital.

3. Supomos ainda que, ao nível do capital e do número de operários, essas empresas não registradas possuem as características médias das empresas registradas com menos de 100 operários e menos de 1.000 contos de capital. O que também implica em superestimar, nesse nível, a importância das empresas não registradas.

Os cálculos nos indicam que, feitas essas correções, as nossas "grandes empresas" representariam ainda no antigo Distrito Federal, 58,4% do capital, 43,7% do número de operários e 38,5% do valor da produção. Ao mesmo tempo, o número de "grandes empresas," sobre o número total de empresas, cai de 9,9% para 5,2%.

Ao fazermos os mesmos cálculos para o Estado de São Paulo, aumentando a margem de erro ao nível do valor da produção para a elevada percentagem de 50%, verificamos que as "grandes empresas" passam a representar apenas 8,1% do número total de empresas, contra 22,1% de acordo com os dados do Centro. Esse pequeno número de "grandes empresas" controlaria ainda 65,6% do capital, 55,7% dos operários e 51,6% do valor da produção.

Notemos, finalmente, que esses cálculos reafirmam também a importância decisiva das empresas que empregam ao mesmo tempo 100 ou mais operários e 1.000 ou mais contos de capital. Na hipótese de um erro de 35% no antigo Dis-

trito Federal e de 50% no Estado de São Paulo (sempre em relação ao valor da produção), encontramos que esse grupo de empresas passa a representar, no antigo Distrito Federal, apenas 3,6% do número total de empresas, mas nelas encontramos 61,3% do capital, 37,7% dos operários e 34,6% do valor da produção. Para o Estado de São Paulo, aplicadas as hipóteses de correção, esse grupo passa a representar 3% do número de empresas, 53,5% do capital, 31,2% dos operários e 34,2% do valor da produção.

Pensamos então poder afirmar que os dados do Centro Industrial do Brasil são conclusivos no que se refere a importância das empresas com 100 ou mais operários e 1.000 ou mais contos de capital. E que são essas empresas, e não as pequenas empresas de tipo artesanal ou pequenas manufaturas, dispersas por todo o país e destinadas a atender um mercado local, que caracterizam a indústria nascente no Brasil.

### 3. *Origens da burguesia industrial*

Antes de passarmos à análise propriamente dita das relações entre café e indústria, retomemos alguns resultados das pesquisas sobre as origens da burguesia industrial no Brasil que, associados às conclusões acima expostas ganham uma nova dimensão e preparam adequadamente o terreno para o aprofundamento desse trabalho.

Na região do café, uma grande parte, senão o próprio núcleo da burguesia industrial nascente encontra as suas origens na emigração europeia. Não se trata de um fenómeno passageiro. A burguesia brasileira, em particular a burguesia industrial paulista está ainda hoje profundamente marcada por essa origem: a imigração iniciada no final do século XIX. Uma pesquisa recente realizada por Bresser Pereira mostra que cerca de 84% dos empresários de São Paulo eram estrangeiros, filhos ou netos de estrangeiros<sup>7</sup>. Em 1920, no antigo Distrito

<sup>7</sup> O grupo de "empresários" é constituído, segundo Bresser Pereira, por aqueles dirigentes industriais que não são meros "administradores", mas participam ativamente na criação e no desenvolvimento das empresas. Os grupos estrangeiros mais importantes são os italianos (34,8%), os alemães (12,8%) e os portugueses (11,7%). Cf. Luiz Carlos Bresser Pereira, "Origens étnicas do empresariado paulista",

Federal, 595 das 765 empresas industriais individuais recensadas são propriedade de pessoas de nacionalidades estrangeiras<sup>5</sup>.

Esse fato foi bastante destacado pelos próprios industriais que desse modo se confundem com a massa de imigrantes — constituída por trabalhadores imigrantes — e passam a se considerar como verdadeiros *self-made men*: chegados ao Brasil sem nada ou quase nada, constituíram fortunas graças a um trabalho árduo e paciente<sup>6</sup>.

O imigrante desprovido de recursos e a pequena empresa são os elementos centrais das teses sobre as características da burguesia industrial nascente no Brasil. A partir desses elementos caracteriza-se a burguesia industrial nascente como uma camada da pequena burguesia urbana e comete-se sérios equívocos na análise de suas contradições com a burguesia catéctra e as oligarquias dominantes em geral.

Essas teses aparecem nos autores mais diversos, como Santiago Dantas:

"Imigrantes estrangeiros ou comerciantes que conseguem com pequenos estabelecimentos e os ampliam reaplicando lucros produzidos pelo próprio negócio, com eles se inicia uma classe que contrapõe sua mentalidade pequeno-burguesa... à mentalidade feudalista, própria da grande classe agrária"<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> *Revista de Administração de Empresas*, junho de 1964. Ver também sobre esse ponto, em francês, Heinrich Kautner, "L'espace et la diffusion de l'innovation. Les élites industrialisantes en Amérique Latine", *Revue Tiers Monde*, outubro-dezembro de 1972.

<sup>6</sup> No antigo Distrito Federal, os portugueses dominavam largamente: 386 sobre os 593 proprietários estrangeiros. Cf. *Recenseamento de 1920*, vol. II, tomo II, "Tratase aqui, como no Estado de São Paulo, de dados sobre proprietários estrangeiros e não sobre empresas estrangeiras.

<sup>7</sup> Matarazzo, cujo nome tornou-se sinônimo de indústria no Brasil, foi um dos principais divulgadores dessas idéias. Seu pensamento é analisado no capítulo consagrado à ideologia da burguesia industrial brasileira por José de Souza Martins, *Empreendedor e empresa na biografia do Conde Matarazzo*, UFRJ, Instituto de Ciências Sociais, 1967.

<sup>8</sup> Santiago Dantas, *Dois momentos de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 1949, cit. por Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1963 (3 ed.), p. 336. Werneck Sodré apóia a tese de Santiago Dantas.

86

#### Ou como Marzi:

"As transformações que se operam na estrutura econômica durante esse período traduziram-se socialmente no nascimento de um nova classe média e um novo proletariado; os dois passam a fazer pressão sobre os velhos grupos dominantes para obter um lugar na sociedade política"<sup>11</sup>.

A idéia de uma burguesia industrial de origem modesta e trabalhadora aparece inclusive no clássico trabalho de Caio Prado sobre a história econômica brasileira<sup>12</sup>:

"Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles se constitui de indivíduos de origem modesta que, sabendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros, dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliar suas empresas. Esse seria o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Evidentemente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de advérficos de recente data ou seus sucessores imediatos — os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Lençaco etc. E se formou assim por pequenos e sucessivos concursos de economia durante o período"<sup>13</sup>.

Em seu estudo sobre a formação da indústria em São Paulo, Warren Dean dá uma contribuição decisiva para a demonstração do caráter errôneo dessas teses: os imigrantes que se tornam industriais não se confundem com a massa de imigrantes. Dean os denomina "burgueses imigrantes", ressaltando, desse modo aquilo que os distingue da massa de imigrantes, constituída por trabalhadores. Nas conclusões de sua pesquisa biográfica sobre os industriais brasileiros lemos:

"Os dados biográficos que se possuem revelam que quase todos, em suas pátrias, haviam morado em cidades, pertenciam

<sup>11</sup> Rui Mauro Marini, "Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo", *Perspectivas da situação política econômica brasileira*, ed. mimeografada. O art. foi publicado também em *Foro Internacional*, abril-junho de 1965.

<sup>12</sup> Caio Prado Junior, *História econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1974 (17ª ed.).

<sup>13</sup> Cf. p. 265. Em seguida, Caio Prado liga essa tese sobre as origens da burguesia industrial à existência (que ele sugere ser predominantemente) de um grande número de pequenos estabelecimentos dispersos pelo país.

87

a famílias da classe média e possuíam instrução técnica ou, pelo menos, certa experiência no comércio ou na manufatura. Muitos chegaram com alguma forma de capital: economistas de algum mérito realizado na Europa, um estoque de mercadorias, ou a intenção de iniciar uma filial da sua firma. Outros haviam sido contratados para trabalhar em empresas de propriedade de fazendeiros, à semelhança dos colonos e operários têxteis, mas como técnicos ou administradores. ... em geral os burgueses imigrantes chegavam a São Paulo com recursos que os colocavam muito à frente dos demais e praticamente estabeleceram uma estrutura de classe pré-fabril<sup>14</sup>.

A oposição entre as teses de Warren Dean e as que apresentamos anteriormente pode ser subestimada se consideramos de modo parcial a importância dada pelo próprio Dean às origens da burguesia industrial nas classes médias da Europa. O elemento fundamental consiste em que os primeiros autores (como Santiago e Marini) consideram a burguesia industrial nascendo como uma fração das classes médias brasileiras. Não se trata de discutir aqui se esses imigrantes devem ser classificados como elementos das classes médias brasileiras no momento da sua chegada.

Como se sabe, a importância da inclusão da burguesia industrial nascendo no seio das classes médias reside nas consequências ao nível da análise da posição da burguesia industrial em relação à burguesia cafeeira e ao capital estrangeiro durante a Primeira República e, em particular, na Revolução de 1930.

As origens do grupo social que forma o núcleo da burguesia industrial nascendo é, para o nosso estudo, uma questão subortodoxa. Isto não significa negar a sua importância. Previamente simplesmente afirmar que a nossa questão central refere-se às *origens da burguesia industrial*. As origens do grupo de imigrantes definido por "burgueses imigrantes" só nos interessa na medida em que contribuem para a nossa questão central e esclarecem o *modo de inserção desse grupo na sociedade brasileira*. Não podemos colocar em primeiro plano a situação social desse grupo em seus países de origem ou im-

no no momento de sua chegada ao Brasil, porque a formação da burguesia industrial brasileira só pode ser corretamente explicada pela dinâmica interna do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil.<sup>15</sup>

Para a burguesia industrial nascendo, a base de apoio para o início da acumulação não é a pequena empresa industrial, mas o comércio, em particular o grande comércio cujo centro está na atividade de exportação e importação. Do mesmo modo que na exportação, a importação é controlada em parte por empresas estrangeiras. Graças às suas origens sociais, o burgues imigrante encontra facilmente um lugar no grande comércio. Ele torna-se representante de firmas e marcas estrangeiras e se encarrega da distribuição de produtos importados pelo interior do país.

Nessa época o comércio interno é em grande parte controlado pelos importadores. Dada a importância das importações em relação ao consumo total, as casas de importação estrangeiras não somente de comprar mercadorias estrangeiras, mas também de distribuí-las no mercado brasileiro. De modo que importação e grande comércio estão intimamente ligados. E a burguesia imigrante acumula também no comércio com as regiões rurais.<sup>16</sup>

A situação privilegiada do importador durante esse período implica particularmente a possibilidade de dispor de capitais relativamente importantes, seja aplicando lucros de seus próprios negócios, seja recorrendo ao crédito dos bancos estrangeiros com os quais ele mantém relações comerciais.<sup>17</sup> Graças ao controle do grande capital comercial, o importador está muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir dos anos 1880. Muitas vezes, ele age de modo a assumir o controle de empresas relativamente pequenas que, para crescer, apelam para as suas disponibilidades em capital.

<sup>14</sup> Agradecemos aqui a Luis Carlos Bresser Pereira, que nos indicou a necessidade dessas observações.

<sup>15</sup> Sobre esse ponto ver também Fernando Henrique Cardoso, "Dez êtaps: les entrepreneurs d'Amérique Latine", *Sociologie de Travail*, nº 3, 1967. Em particular, p. 263.

<sup>17</sup> Inglêses forneceram os créditos necessários à instalação das fábricas de Marquês. Cf. Souza Martins, *ob. cit.*, pp. 78-79.

Dean mostra como o crescimento da demanda conduz o importador a realizar no próprio Brasil um certo número de operações industriais<sup>19</sup>. Para certas mercadorias, como a cerveja por exemplo<sup>20</sup>, o transporte do produto acabado torna-se pouco rentável. Outras, como as massas alimentícias, correm o risco de sofrer deterioração durante a viagem através do Atlântico. A partir de certos limites, a armazenagem de determinados utensílios é pouco rentável. Em consequência, com o próprio desenvolvimento do mercado uma série de empresas são criadas como se constituíssem verdadeiros apêndices da importação; elas são, em geral, controladas por importadores. Temos então que entre 65 firmas de importação existentes no ano de 1910, 37 pelo menos tinham capitais aplicados na indústria<sup>20</sup>.

Em resumo, grande parte dos mais importantes representantes da burguesia industrial nascente, em particular da burguesia industrial paulista, a principal fração da burguesia industrial brasileira, chega ao Brasil como imigrante no final do Século XIX ou início do Século XX e trabalha como importador. Matarazzo começa como importador de óleos alimentares, farinha e arroz. Os irmãos Jafet, Crespi, Dielerichsen também começam no setor de importação. Roberto Simonsen — um dos mais importantes líderes da indústria brasileira já na década de 1920 — foi também importador.

Cabe aqui voltar ao que dissemos acima sobre a determinação da dinâmica interna do capitalismo no Brasil e o caráter subordinado da questão relativa às origens sociais ou à situação inicial dos burgueses imigrantes. Empregando os termos de Dean podemos dizer que a matriz da indústria nascente é o grande comércio e não a classe média europeia.

<sup>19</sup> Cf. ob. cit., p. 76.

<sup>20</sup> Muito rapidamente a cerveja passou a ser produzida internamente no Brasil. A Bratna, da cidade de Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal), e a Anartha, da cidade de São Paulo, estão entre as mais importantes empresas registradas pela pesquisa do Centro Industrial do Brasil, em 1907. A Bratna possuía um capital próprio de 5.700 contos de réis, 700 cavalos-vapor e empregava 700 operários. A Anartha, um capital de 10.000 contos, 600 C.V. e 362 operários. Cf. *Le Brésil et ses richesses*, vol. III, pp. 27 e 118. A Anartha era propriedade de uma casa de importação alemã.

<sup>20</sup> Cf. Dean, ob. cit., pp. 33-34.

A questão essencial para o entendimento da indústria nascente reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época; em particular, ela reside nas formas específicas da dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial.

Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente. Elementos de outras origens também ajudam a constituir a burguesia industrial nascente no Brasil. Alguns membros da grande burguesia cafeeira interessam-se desde essa época pela indústria. A. Prado, um dos pioneiros da expansão do café em São Paulo, é também um dos pioneiros da indústria brasileira. Por outro lado, o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira facilitou uma certa fusão de capitais.

Note-se, finalmente, que durante o período analisado nesse trabalho, os investimentos diretos de capital estrangeiro na indústria são relativamente pouco importantes. O capital estrangeiro é investido principalmente em títulos do Tesouro e outros papéis do Estado. Esses investimentos somavam cerca de 50% do total de investimentos estrangeiros.

Os outros terrenos preferidos pelo capital estrangeiro na época são as estradas de ferro, os serviços públicos, como a eletricidade e o gás, os bancos e as companhias de seguro<sup>21</sup>.

#### 4. Aspectos contraditórios das relações café-indústria

A indústria nascente, em particular a indústria de São Paulo, encontra a força de trabalho necessária ao seu desenvolvimento no mercado de trabalho constituído pela imigração em massa provocada pela expansão cafeeira e organizada pela grande burguesia cafeeira através do Estado que ela controla diretamente.

<sup>21</sup> Cf., em particular, James F. Rippey, *British Investments in Latin America*, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1956; Irving Stone, "La distribuzione geografica degli investimenti inglesi nell'America Latina (1825-1913)", *Storia contemporanea* (72), 1971; Max Winkler, *The Investments of U. S. Capital in Latin America*, World Peace Foundation, 1929.

Em 1901, estima-se que 90% dos operários de São Paulo são estrangeiros. Uma pesquisa sobre a indústria têxtil na cidade de São Paulo, em 1913, indica que em um total de 10.184 operários não há mais que 1.083 de nacionalidade brasileira contra 6.044 italianos, por exemplo. A porcentagem total de operários estrangeiros eleva-se a 82%. Segundo o recenseamento de 1920, o número de operários estrangeiros no Estado de São Paulo é de 40% em relação ao total. Mas os brasileiros são majoritários sobretudo entre os operários de menos de 20 anos e entre estes encontram-se certamente numerosos filhos de trabalhadores imigrantes. Entre os operários com 20 anos ou mais, a porcentagem de trabalhadores imigrantes eleva-se a cerca de 50%.<sup>22</sup>

A massa de trabalhadores imigrantes que vem para o Brasil a partir dos anos 1880 representa certamente um mercado consumidor para a indústria nascente, mas ela representa antes de tudo a formação do mercado de trabalho. Esse aspecto é essencial para a compreensão dos verdadeiros laços que unem indústria nascente e economia cafeeira. Ao destacarmos esse aspecto podemos analisar o nascimento da indústria dentro das relações capitalistas no Brasil, cujo centro é a economia cafeeira.

O lugar predominante reservado na maioria dos estudos econômicos ao aspecto "consumidor" do trabalhador imigrante conduz a uma interpretação parcial das relações entre o café e a indústria. Nesse erro incorrem inclusive aqueles que, ao destacar a importância da passagem para o trabalho assalariado, vêm o salário principalmente ao nível das suas consequências sobre a ampliação do mercado e subestimam a sua característica fundamental como índice de novas formas de produção.

Ao privilegiar o aspecto "consumidor" do trabalhador imigrante, a maioria dos estudos econômicos superestima a oposição entre café e indústria e é incapaz de pensar a própria expansão do mercado consumidor e o nascimento da indústria como partes de um único processo de desenvolvimento em que a economia cafeeira ocupa a posição dominante.

<sup>22</sup> Fontes: A. F. Bandeira Jr., *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*, Tipografia do Diário Oficial, São Paulo, 1901; *Boletim do Departamento Estadual de Trabalho*, n.ºs 1 e 2, 1912; Cf. Katz Simão, *Sindicato e Estado*, Dominius, São Paulo, 1966, pp. 28-35.

A idéia de que a economia cafeeira fornece uma "infra-estrutura" para a indústria, por exemplo, parece-nos extremamente enganosa. Em primeiro lugar, porque ela obscurece a unidade entre café e indústria. Em segundo lugar porque, concretamente, é impossível atribuir os progressos realizados nessa época em setores como a energia elétrica e a urbanização, por exemplo, unicamente ao crescimento da economia cafeeira.

Sabe-se que a potência elétrica instalada no Brasil cresce aceleradamente no início do Século XX. Assim, em 1890 ela é de 10.350 C.V.; em 1900, 17.441; em 1905, 60.778; em 1910, 203.901; em 1925, 475.652.<sup>23</sup>

Em 1872, o Estado de São Paulo, conta apenas uma cidade com mais de 30 mil habitantes: a cidade de São Paulo, capital do Estado (na época, Província). Em 1920, o número dessas cidades eleva-se a 34 e reúnem 2.351.673 pessoas. O crescimento da população das cidades de mais de 30 mil habitantes no Estado de São Paulo, entre 1872 a 1920, é de 7.993%, contra um crescimento de 448% para a população total do Estado.

Para o conjunto do Brasil, durante o mesmo período, o número de cidades com mais de 30 mil habitantes passa de 67 para 265, e sua população de 3.073.886 para 15.746.525, isto é, um crescimento de 412%, contra 203% para a população total. Ainda durante o mesmo período, a população do antigo Distrito Federal eleva-se de 274.972 para 1.157.873 habitantes; e a da capital do Estado de São Paulo, de 31.385 para 580 mil.<sup>24</sup>

O crescimento vertiginoso da eletrificação e da urbanização, elementos fundamentais para a indústria nascente, não podem ser entendidos sem que consideremos os progressos simultâneos da indústria. Ele é, ao mesmo tempo, condição e resultado dos progressos da indústria.

Ao nível das questões relativas ao mercado de consumo interno, as proposições acima destacadas implicam notadamente

<sup>23</sup> Cf. *Recenseamento de 1920 — Estatísticas Complementares*, citado por J. F. Norrmano, *Evolução Econômica do Brasil*, Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1939, p. 144.

<sup>24</sup> Cf. Nancy Alessio, "Urbanização, Industrialização e Estrutura Organizacional", *Dados*, n.º 7, 1970.

le que o reconhecimento das relações existentes entre a economia cafeeira e o grande comércio — em particular o comércio de importação, como é o caso no início desse trabalho — não conduz à aceitação da tese segundo a qual a indústria aparece no Brasil para atender uma demanda até então satisfeita por importações.

O elemento essencial do nascimento e ulterior crescimento da indústria não pode ser encontrado ao nível da demanda de produtos importados, nem mesmo ao nível da demanda em geral. O nascimento e o crescimento da indústria é um dos aspectos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir do último quartel do século XIX, do qual a expansão da demanda representa um simples resultado.

Essa questão é fundamental para que possamos analisar corretamente as consequências da subordinação da indústria nascente ao café, subordinação implícita na tese de que essa indústria faz parte de um desenvolvimento cujo centro é constituído pela economia cafeeira. Só quando afirmamos a unidade entre café e indústria e a caracterizamos corretamente como a unidade de um processo capitalista, podemos analisar os problemas indicados através dos "obstáculos" levantados pelo café diante do crescimento da indústria. Só então podemos entender esses "obstáculos" como contradições específicas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e conhecer as suas leis particulares.

As teses que destacam os "obstáculos" colocados à industrialização pela economia cafeeira opõem-se às teses que vêm no café um estímulo à industrialização. Na verdade, como tentaremos demonstrar, essas teses situam-se num mesmo terreno. Oprimos aqui pela organização da nossa análise em torno da crítica das teses do segundo tipo porque elas foram bastante desenvolvidas recentemente e, principalmente, porque a afirmação da subordinação da indústria nascente à economia cafeeira associada a uma crítica às teses do primeiro tipo poderia conduzir a uma interpretação errônea do nosso trabalho, associando-o, por exemplo, de uma maneira ou de outra, às teses que estabelecem uma relação linear positiva entre café e indústria.

A subordinação da indústria nascente à economia cafeeira implica que os movimentos desta repercutam forçosamente sobre a primeira. Mas não implica, entretanto, a aceitação da

tese segundo a qual qualquer enfraquecimento ao nível da economia cafeeira só pode ter efeitos negativos sobre o crescimento da indústria. Examinemos em detalhe os argumentos levantados em defesa dessa tese por Warren Dean, deixando claro desde o início que a crítica dessa tese, e em particular da sua defesa e desenvolvimento por esse autor, não deve obscurecer a importância da sua contribuição para o conhecimento das formas específicas da industrialização no Brasil.

Para fundamentar a sua tese, Dean analisa em detalhe os índices sobre a produção industrial apresentados por Roberto Simonsen (cf. Tabela VII); índices que serviram de base para a formulação das teses segundo as quais os rápidos progressos da indústria são realizados nos momentos de crise do setor exportador, em particular durante a primeira guerra mundial, entre 1914 e 1918.

A crítica de Dean está baseada em dois pontos principais: primeiro, o ano de 1914 é um ano de recessão industrial, consequência imediata da deflagração do conflito mundial; segundo, os preços dos produtos importados e os impostos crescem mais rapidamente, durante a guerra, que os outros preços e taxas. Como a incidência desses elementos sobre os preços industriais é maior do que sobre o conjunto dos preços, o deflador empregado por Simonsen deve superestimar o valor da produção industrial.<sup>25</sup>

Mesmo se aceitarmos a possibilidade de uma superestimação do crescimento do valor da produção industrial durante a primeira grande guerra, parece-nos possível opor outros dados para afirmar a importância do crescimento industrial durante esse período. Assim, por exemplo, as informações do recenseamento de 1920 sobre a repartição do capital industrial segundo o ano de fundação das empresas, parece confirmar a importância desse crescimento: 24,2% do capital industrial recenseado em 1920 estavam empregados em empresas criadas entre 1915 e 1920<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> A influência da guerra sobre a indústria é objeto de um capítulo do livro de Dean. E nesse capítulo que ele expõe as suas críticas aos índices de Simonsen, que até essa época serviram de base à maior parte dos estudos sobre a industrialização no Brasil. Cf. Warren Dean, *op. cit.*, pp. 91-114.

<sup>26</sup> Cf. *Recenseamento de 1920*, vol. V, tomo I, p. XX. O mesmo recenseamento indica também que 37,6% do capital industrial estava

VII. VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL. ÍNDICE  
SIMONSEN BRASIL: 1914-1929

Ano	Custo de vida	Produção Industrial	
		Nominal	Real
1915	108	127	118
1916	116	140	140
1917	128	253	197
1918	144	247	171
1919	148	312	209
1920	163	308	188
1921	167	315	188
1922	184	401	218
1923	202	616	303
1924	236	461	194
1925	252	452	178
1926	260	504	193
1927	267	581	217
1928	263	747	284
1929	261	702	269

Fonte: Roberto Simonsen, *A evolução Industrial do Brasil* (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 1939), pp. 40-41.

No antigo Distrito Federal, os estabelecimentos criados durante esse mesmo período empregavam (em porcentagens sobre os totais): 13,4% do capital e 21,4% dos operários<sup>27</sup>. Entre 1915 e 1917, pelo menos 323 empresas industriais novas foram criadas em São Paulo. Nesse mesmo Estado, são registradas 41 empresas têxteis com cerca de 18 mil operários, em 1915, contra 47 empresas e 23 mil operários em 1917<sup>28</sup>.

Esses dados indicam necessidade de uma pesquisa empírica mais aprofundada sobre o problema. Mas, além da pesquisa empírica, eles trazem à tona o problema da especificação das relações de subordinação que ligam a indústria nascente à economia cafeeira. Esse é o verdadeiro problema colocado pela crítica de Dean, dado que esse autor termina por concluir pela existência uma certa aceleração no crescimento da produção industrial durante a primeira guerra. E atribui concretamente o crescimento da produção industrial ao aumento das exportações do Estado de São Paulo — seja para outras regiões do país, em particular para o antigo Distrito Federal, seja para países estrangeiros próximos, como a Argentina, ou muito distantes, como a África do Sul. E — acrescenta ainda o autor — essas exportações são realizadas por indústrias já existentes (como a têxtil ou a açucareira) ou mesmo estão na origem do aparecimento de novos setores (a carne em conserva, por exemplo)<sup>29</sup>.

Dean observa contudo que a expansão da capacidade produtiva das fábricas é bloqueada pelo fato de que o seu aproveitamento, sobretudo no que se refere aos bens de capital, depende das importações e elas são fortemente reduzidas dependendo em grande parte de uma utilização crescente da capacidade instalada: funcionamento de fábricas em três turnos, fusões e reorganizações de empresas etc.<sup>30</sup>.

Devemos então concluir, em primeiro lugar, pela impossibilidade de aceitar a tese inicial de Dean na medida em que

empregado nas empresas criadas entre 1900 e 1914. Os capitais aplicados em empresas cujas datas de criação não são indicadas representaram apenas 1,3% do capital total.

<sup>27</sup> Cf. *Recenseamento de 1920*, vol. II, tomo II, p. XLVII.

<sup>28</sup> Paulo Kangel Pastana, *A riqueza paulista*, São Paulo, 1920. Cf. tabelo por Simão, ob. cit., p. 19.

<sup>29</sup> Ob. cit., pp. 101-103, 20 Ibid., p. 114.

ela estabelece uma relação unívoca entre a expansão do setor exportador e a industrialização<sup>31</sup>. Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluímos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria, a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital.

É importante explicitar que a tese acima inclui as relações entre a indústria nascente e o capital estrangeiro, dado que as formas concretas do desenvolvimento capitalista no Brasil, em particular o papel dominante do setor exportador

<sup>31</sup> Cf., notadamente, p. 91.

nese desenvolvimento, são uma consequência direta da posição subordinada da economia brasileira no seio da economia mundial. A própria economia cafeeira, a sua condição como centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não é senão a forma concreta de inserção no Brasil dentro da economia mundial, a forma como se desenvolve o capitalismo em um país que ocupa uma posição subordinada dentro da economia mundial.

Além da guerra de 1914-1918, podemos citar outras manifestações do caráter não unívoco das relações entre café e indústria. O êxodo rural provocado pela crise cafeeira de 1901, por exemplo, traz às cidades, em particular à cidade de São Paulo, uma mão-de-obra relativamente qualificada e barata, na medida em que os imigrantes europeus abandonam os cafezais. Esse êxodo rural é um fator importante para o fortalecimento do mercado de trabalho das cidades, onde a indústria vai buscar a sua mão-de-obra<sup>12</sup>.

A própria política econômica dirigida pela grande burguesia cafeeira e apoiada fundamentalmente na política cambial e alfandegária tem efeitos contraditórios e variados, de acordo com a conjuntura, sobre a indústria nascente. Esse é talvez um dos pontos centrais, cruciais das relações entre café e indústria. Mas, se continuamos a analisar o duplo aspecto das relações café-indústria como aspectos separados e não como efeitos contraditórios de causas únicas chegaremos a verdades impasses de caráter prático e teórico.

Assim, por exemplo, como destaca Verriani<sup>13</sup>, as duas correntes terminaram por privilegiar, de um lado, os dados sobre os investimentos, que variam com a capacidade para importar, de outro lado, os dados sobre o valor da produção, cujas relações com a capacidade para importar são justamente inversas.

A agudeza desses impasses exprime a necessidade de ultrapassar o terreno no qual se situam as análises sobre a industrialização no Brasil, a necessidade de ultrapassar os limi-

<sup>12</sup> Roberto Simonsen, *ob. cit.*, pp. 37-38.

<sup>13</sup> Cf. Verriani, Flávio Rabêlo e Maria Tereza R. O., *A indústria brasileira antes de 1930: uma contradição*, II Encontro Anual da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, Belo Horizonte, 29 e 30 de outubro de 1974.

tes descritivos dessas análises, considerar a indústria e o café como duas formas de capital e estudar as relações existentes entre elas.

##### 5. *Contradições do desenvolvimento baseado na economia cafeeira*

A dívida externa crescente e as bruscas variações das cotações internacionais do café são os indicadores de traço característico da economia brasileira durante o período aqui estudado: a dependência comercial e financeira em relação ao exterior. Esse problema agrava-se com o desenvolvimento do capitalismo.

Durante um certo tempo, a grande burguesia cafeeira enfrenta esse "desequilíbrio externo" através da desvalorização constante da moeda brasileira. Essa política entre tanto agravava ainda mais o problema da dívida externa, de modo que, em 1898, é necessário apelar para uma operação de *Junkbond loan*. Para pagar o *Junkbond loan*, o governo federal é obrigado a adotar uma política de austeridade financeira, diminuir as suas despesas e aumentar as suas receitas, isto é, aumentar os impostos. Ora, as exportações não podem ser taxadas pelo governo sem colocar em questão o equilíbrio político das próprias classes dominantes e, em particular, a posição hegemônica da grande burguesia cafeeira. Na república das oligarquias, cada oligarquia reserva-se o direito de taxar suas exportações. Além disso, o aumento das taxas sobre as exportações revela-se um instrumento inadequado num sistema capitalista onde o centro da acumulação está justamente ligado à expansão das exportações. Por isso, os recursos necessários às finanças federais devem ser encontrados na taxação de produtos destinados ao mercado interno.

No que se refere aos produtos destinados ao mercado interno, o governo federal pode distribuir os encargos tributários entre as importações e produção brasileira. A opção entre produtos importados e produtos nacionais é limitada também pela própria lógica da acumulação. A política fiscal do governo federal não pode voltar-se inteiramente para a tributação da produção nacional, sob pena de favorecer a tal ponto as importações que acabaria por agravar o "desequilí-

brío externo". O governo federal necessita aumentar os impostos, mas ao fazê-lo não pode escolher meios que entrem em contradição com o seu objetivo fundamental: a obtenção do equilíbrio financeiro indispensável à reprodução do capital cafeeiro, do capital comercial e do capital estrangeiro investido no Brasil. Assim, em razão da lógica da acumulação determinada pela posição hegemônica do capital cafeeiro e pela posição subordinada da economia brasileira no seio da economia mundial, o governo é levado a aumentar as taxas sobre as importações.

Note-se que essa política fiscal é adotada com o acordo e mesmo sob a pressão dos grandes grupos financeiros ingleses. O equilíbrio financeiro é uma condição para o acordo sobre o *fundings-loan*. Aparentemente os ingleses preferem assegurar as condições para o pagamento das dívidas e remessa de juros, dividendos e lucros, em prejuízo das suas próprias exportações. Dessa forma, o capital financeiro inglês demonstra saber que, em última análise, o destino das suas exportações depende da expansão dos seus investimentos no estrangeiro. E assim o capital financeiro internacional afirma, na prática, o primado da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias na economia mundial capitalista.

A política fiscal adotada a partir do *fundings-loan* torna-se, ao lado da política de valorização do café, um dos instrumentos fundamentais da política econômica brasileira. Essa política fiscal torna-se o eixo em relação ao qual a burguesia industrial nascente deve definir-se, porque ela implica uma certa distribuição do consumo interno entre produção nacional e importações. Ao analisar a história da indústria no Brasil, Simonsen esboça uma periodização baseada diretamente nas variações da política fiscal do governo federal. Uma única exceção: a guerra de 1914-1918 também determina um período. Trata-se de uma exceção que confirma a regra, porque a guerra determina um período na medida em que desmpeña o papel de uma barreira alfandegária que protege a indústria local<sup>34</sup>.

Os efeitos positivos dessa política fiscal sobre a indústria não permitem entretanto que a caracterizemos como uma política protecionista. Seu verdadeiro conteúdo — a manutenção

da posição subordinada do Brasil no seio da economia mundial e a reprodução do capital cafeeiro — se manifesta principalmente na não-seletividade das tarifas alfandegárias e na diminuição dessas tarifas (diminuição pelo menos em termos reais) nos momentos em que o equilíbrio financeiro é reconstruído, ainda que provisoriamente<sup>35</sup>. O ponto de vista fiscal da burguesia industrial nascente é diferente daquele adotado pelo governo federal diretamente controlado pela grande burguesia cafeeira. Ele é explicitado, na época, pelo Centro Industrial do Brasil e, mais tarde, pelo Centro Industrial de São Paulo. Os industriais querem tarifas alfandegárias que façam a distinção entre produtos que possuem e produtos que não possuem similares nacionais; e lutam pelo estabelecimento de um sistema alfandegário que facilite a aquisição no estrangeiro de equipamentos modernos destinados à expansão de suas fábricas<sup>36</sup>.

Assim, vemos que, para assegurar a reprodução do capital ao nível nacional, o governo é levado a adotar uma política econômica que favorece, até certo ponto, a indústria. Mas os efeitos industrializantes da política econômica federal são limitados pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro. O nosso objetivo aqui é mostrar que os efeitos contraditórios dessa política econômica e, de modo geral, os aspectos contraditórios das relações entre o capital cafeeiro e o capital estrangeiro, de um lado, e o capital industrial, de outro, são a manifestação da contradição própria às formas da reprodução do capital dominantes no Brasil. É essa contradição que o duplo aspecto da política econômica e das relações entre café e indústria oculta. Senão, vejamos.

A expansão cafeeira é a base de uma rápida acumulação de capital. Entretanto, os efeitos dessa acumulação ao nível de transformação do modo de produção são extremamente reduzidos. A tendência inicial é a de importar grande parte dos bens necessários à reprodução da força de trabalho e dos

<sup>34</sup> A política fiscal da Primeira República é analisada por Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização no Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961, Cf. Cap. IV. (2ª ed., Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1975).

<sup>35</sup> O Centro Industrial do Brasil foi criado em 1904 dentro da luta por esses objetivos. Ela resultou da fusão do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e a Sociedade de Ajuda à Indústria Nacional. Cf., sobre isso, Vilela Luz, *ob. cit.*, pp. 121-131.

bens de consumo das outras camadas sociais. A produção local tende a especializar-se em produtos primários. Essa tendência própria à divisão do trabalho no seio da economia mundial capitalista encontra forte apoio ideológico entre os representantes das oligarquias brasileiras, defensoras da nossa "vocação agrícola".

Como sabemos, a acumulação do capital possui esse inconveniente de depender, em última análise, das transformações operadas pelo próprio capital ao nível da produção. A constante revolução do modo de produção é uma característica essencial do capitalismo, na medida em que dela depende a expansão do excedente econômico. Ora, a divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo que permite uma rápida acumulação de capitais baseada na expansão cafeeira, limita os efeitos dessa acumulação sobre o modo de produção. Num primeiro momento, a divisão internacional do trabalho determina que o Brasil deve especializar-se na produção de café e outros bens primários. Aparentemente, essa divisão do trabalho é perfeitamente adequada à reprodução do capital ao nível da economia mundial e ao nível de cada economia nacional.

Segundo a conhecida lei das vantagens comparativas, o capital estaria em todo o mundo e em todos os lugares do mundo reduzindo os seus custos e elevando os seus lucros. Infelizmente a lei das vantagens comparativas não tem sido muito "aplicada" nas economias capitalistas. Apesar das reclamações dos economistas ortodoxos, parece que tal fato não pode ser explicado pela falta de conhecimento dos capitalistas, mas decorre antes de mais nada da comprovada "ineficiência" da própria lei.

Como vimos, a divisão internacional do trabalho limita os efeitos da acumulação ao nível da revolução do modo de produção. Nos limites desse texto, explicamos unicamente os efeitos da divisão internacional do trabalho em uma economia que ocupa uma posição subordinada, mas pensamos como Bettleheim que esses efeitos se fazem sentir sob outras formas também nas economias dominantes<sup>47</sup>. Em consequência desses efeitos, a própria base da acumulação de capital, a forma como o capitalismo aumenta o excedente e dele se apropria, encontra-se afetada. E as causas desses efeitos negativos são

<sup>47</sup> Cf. "Remarques théoriques" in A. Emmanuel, *L'Échange Inégal*, Maspero, Paris, 1969.

exatamente as mesmas que estimulam a acumulação: elas decorrem da divisão capitalista do trabalho em escala interna-interna.

É essa contradição que se manifesta no chamado desequilíbrio externo<sup>48</sup>. Através do desequilíbrio externo, a acumulação do capital impõe transformações necessárias à acumulação: o nascimento da indústria e a consequente elevação da produtividade são importantes para a expansão do excedente e o prosseguimento da acumulação. Assim, através da constante solução e recolocação do desequilíbrio externo, o capitalismo brasileiro segue o seu caminho, escondendo no palheiro das atribuições financeiras a contradição que explica o seu próprio desenvolvimento.

Privilegiando a análise ao nível do mercado, Furtado explica a tendência ao desequilíbrio externo através dos efeitos do multiplicador a partir da substituição do escravo pelo trabalhador assalariado<sup>49</sup>. Na verdade, o trabalho assalariado só pode ser ligado ao caso do desequilíbrio externo na medida em que ele compõe necessariamente o sistema de produção capitalista. Entretanto, esse desequilíbrio não é uma característica da economia capitalista em geral: ele está associado a determinadas economias capitalistas, a formas específicas de desenvolvimento do capitalismo. Ora, a especificidade dessas formas não pode ser explicada pela simples presença do trabalho assalariado. A análise das consequências da passagem ao trabalho assalariado ao nível do mercado não constitui uma explicação convincente do desequilíbrio externo, na medida em que essa análise elude o problema principal: as condições históricas no seio das quais se realiza a própria passagem para o trabalho assalariado no Brasil.

Finalmente, o trabalho assalariado representa a saída, já inserida nas próprias formas de acumulação, para o problema que está por detrás do desequilíbrio externo: porque a sua presença é condição necessária para as transformações capitalistas do modo de produção, em particular para a industrialização. A única culpa que talvez possamos atribuir com fundamento ao trabalho assalariado consiste em que a sua pre-

<sup>48</sup> Partimos aqui de Céso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Fundo de Cultura, Rio, 1964 (6ª ed.), pp. 182-188.  
<sup>49</sup> *Ibid.*

sença marca realmente a passagem para uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que já não deixa aos capitalistas outra escolha além de desenvolver, sempre e cada vez mais, o próprio capitalismo, apesar dos desequilíbrios externos e todas as demais atribuições que suas contradições houverem por bem determinar. Fecham-se assim as possibilidades da manutenção de um certo tipo de tranquilidade que as fazendas de café ainda pareciam assegurar.

## 6. O capital industrial

Vimos como a indústria nasce das próprias contradições do desenvolvimento capitalista cujo centro é a expansão cafeeira. Mas o nosso estudo não pretende limitar-se a indicar como o desenvolvimento capitalista sob a égide do capital cafeeiro conduz à industrialização, mesmo se tal fato constitua uma grande dívida para muitos intelectuais brasileiros, durante muito tempo. Pretendemos também fornecer elementos necessários ao entendimento das formas específicas da reprodução do capital industrial determinadas pela posição dominante do capital cafeeiro na economia brasileira e a posição subordinada da economia brasileira no seio da economia mundial. Desse ponto de vista, isto é, do ponto de vista do objetivo principal de nosso estudo, o que dissemos até agora representa um passo decisivo, se conseguirmos realmente demonstrar o caráter contraditório das relações entre a indústria e o café (e, através do café, a economia mundial).

Agora vamos tentar atingir o núcleo do movimento do capital industrial. Vamos mudar a nossa questão. Em lugar de procurarmos as contradições da reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira, procuremos as contradições do capital industrial que resultam das condições históricas em que ele aparece e se desenvolve. Cheguemos assim à última parte da nossa análise: última parte que é também a parte central, dado que o nosso objetivo principal é o estudo da gestação de novas formas de acumulação cujo centro se encontra na indústria.

A importância decisiva do comércio exterior, em particular da política cambial e alfândegária, advém do fato de que, na prática capitalista, ele desempenha o papel de determinan-

te fundamental da rentabilidade dos investimentos. A importância do comércio exterior é a manifestação não somente do grau de desenvolvimento ainda relativamente baixo do capitalismo no Brasil, mas ainda das formas específicas desse desenvolvimento determinadas fundamentalmente pelo modo de inserção do Brasil na economia mundial e as consequências da divisão internacional do trabalho ao nível de uma economia subordinada.

De modo geral, essas formas de desenvolvimento implicam notadamente a predominância do comércio sobre a produção, em particular, do capital comercial sobre o capital industrial. De tal modo que a industrialização se transforma, na prática, como sublinha Souza Martins, em um problema comercial, dado que "essa era a racionalidade dominante e o único meio de realizar o industrialismo"<sup>40</sup>.

As determinações do comércio exterior sobre a industrialização no Brasil são afirmadas na maioria dos estudos sobre esse tema. Entretanto, elas são interpretadas como determinações da demanda sobre a produção. Chega-se mesmo a afirmar que a especificidade das economias "perifericas", como a economia brasileira, consiste justamente nesse fato particular da determinação da demanda sobre a produção. Assim, elimina-se o problema real da especificidade das formas de produção capitalista nos países perifericos. Como vimos, a posição do comércio exterior na economia brasileira só pode ser explicada pelas formas de produção determinadas pela dominação do capital cafeeiro e pela subordinação do Brasil na economia mundial.

A rentabilidade dos investimentos resulta da estrutura de preços. Através dos preços do mercado internacional, modificados pela política econômica brasileira, é na divisão internacional do trabalho que encontramos a chave para o entendimento das formas específicas da industrialização no Brasil.

Para aceitar essa tese é necessário ter claro que as modificações dos preços internacionais pela política econômica brasileira não podem ser consideradas como elementos externos à divisão internacional do trabalho. Opor a política econômica brasileira à divisão internacional do trabalho resulta tan-

<sup>40</sup> Cf. ob. cit., p. 98.

damentalmente de dois graves equívocos. O primeiro consiste em ignorar que essa política visa, antes de tudo, assegurar a reprodução do capital cafeeiro e do capital internacional, como já demonstramos. Ora, a política econômica que assegura condições da reprodução da posição subordinada do Brasil na economia mundial, é um dos aspectos fundamentais da divisão internacional do trabalho.

O segundo equívoco é o mais importante porque, na verdade, inclui o primeiro. Ele consiste em desconhecer as contradições da própria divisão internacional do trabalho. Talvez esse equívoco seja ainda mais geral e suas verdadeiras origens estejam no entendimento errado do que é uma contradição. Uma visão parcial e simplista reduz a contradição à existência de polos opostos que se excluem mutuamente, numa concepção puramente estática, que inclui apenas dois momentos perdidos no tempo e no espaço: a dominação e a negação dessa dominação. Elimina-se desse modo o essencial da contradição: a luta constante entre os dois polos, que configura a unidade e determina o movimento.

Essa noção simplista obscurece o fato de que o movimento da divisão internacional do trabalho e, portanto, o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial é o fruto de determinadas contradições. Ela impede de ver que os efeitos aparentemente contraditórios de uma política econômica destinada a assegurar as condições da reprodução da divisão internacional do trabalho resulta das contradições dessa reprodução. Finalmente, a consequência mais negativa dessa noção simplista de contradição consiste na impossibilidade de captar o próprio movimento do capitalismo mundial, e em particular da posição do Brasil na economia mundial, dado que essas contradições determinam as mudanças das formas desse movimento.

Concretamente, a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria que, por sua vez, está em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira. Mas uma vez afastamos a noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capitalismo levam à sua própria destruição. Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a indu-

strialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruição do capitalismo no Brasil. A industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral.

Isso resulta concretamente das próprias formas específicas do desenvolvimento do capital industrial no Brasil<sup>41</sup>. Essas formas de desenvolvimento aparecem quando consideramos dois aspectos fundamentais da indústria brasileira. O primeiro e mais conhecido desses aspectos é a estrutura setorial da indústria brasileira. Como sabemos, o capital industrial concentra-se nos setores de bens de consumo. Como aparece na Tabela VIII, em 1920, mais de 85% do valor da produção industrial brasileira estão concentrados em setores de bens de consumo. A especialização do capital industrial brasileiro aparece de modo mais preciso quando consideramos as empresas mais importantes. Em 1907, todas as empresas com 1.000

VIII. VALOR DA PRODUÇÃO POR RAMOS %  
INDÚSTRIA, 1920

Grupo I		Grupo II	
Têxtil	27,0	Minerais não metálicos	2,7
Roupas e calçados	8,2	Metalmurgia	3,4
Produtos alimentares	32,9	Mecânica	0,1
Bebidas	4,7	Materiais de transporte	1,3
Fumo	3,6	Química e farmácia	5,7
Madeira	4,3	Borracha	0,1
Concos e peles	2,5	Papel e papelão	1,3
Mobiliário	1,4		
Edição e diversos	0,8		
Total	85,4	Total	14,6

Fontes: *Recenseamento de 1920*. Tabela organizada por I. M. Martin, *Processus d'industrialisation et développement élargi au Brésil*, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1966. Cf. p. 75.

<sup>41</sup> Sobre esse ponto, ver a noção de "industrialização retardatária" em João Manuel Cardoso de Melo, *O Capitalismo Terciário*, 1975, pp. 98-130.

contos de capital estavam no setor de bens de consumo, em particular nos setores de fição e tecnologia.<sup>42</sup>

Praticamente toda a demanda de bens de produção, em particular dos chamados bens de capital, é devida para os países capitalistas avançados, notadamente a Grã-Bretanha, de modo que em 1929 a importação de equipamentos representava 31% do total das importações brasileiras, sendo que o petróleo já responde por 7,7% dessas importações<sup>43</sup>. Alguns estabelecimentos importantes que produziam bens destinados ao consumo industrial desaparecem com o progresso da indústria no Brasil, afirmando assim que esse progresso é ao mesmo tempo a afirmação, sob determinadas formas, da divisão internacional do trabalho. Enquanto as importações de aço crescem rapidamente, os altos fornos de Caeté e Ipamea (Minas Gerais) desaparecem. Na mesma época (última década do Século XIX), a tentativa da Companhia Nacional de Fertilizantes e Estaleiros Navais para modernizar sua velha usina de São Miguel de Piracaba (São Paulo) fracassa<sup>44</sup>.

Esse aspecto da estrutura industrial tem sido frequentemente desaciado e parece-nos realmente importante. Entretanto, se o consideramos isoladamente, ele conduz a uma visão muito parcial das relações entre a indústria, de um lado, o café e a economia mundial, de outro. Ele limita-se a destacar os limites impostos ao capital industrial pelas formas dominantes de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É impossível ligar a estrutura setorial à própria importância do capital na produção industrial, como tentamos fazer no início desse trabalho (Cf. *Crescimento da grande indústria*, IV, 2); esse é o segundo aspecto da questão que permite destacar os aspectos "positivos" do desenvolvimento sobre o capital industrial. Só dessa forma, considerando os aspectos contraditórios, conseguimos captar o movimento real do capital industrial.

Para entender as formas do capital no Brasil não basta destacar os limites impostos pelas formas de desenvolvimento, é preciso considerar também que o próprio modo de inserção do Brasil na economia mundial assegura uma rápida acumula-

<sup>42</sup> *Le Brésil et ses richesses*, vol. III.

<sup>43</sup> Nagels Unidos, *Economic Survey of Latin America 1969*, New York, 1951, pp. 204, 214 e 239.

<sup>44</sup> J. M. Martin, *ob. cit.*, p. 115.

ção em geral, e uma rápida acumulação em particular para o capital industrial. Graças às possibilidades de importação de equipamentos os mais modernos, o capital industrial brasileiro pôde "saltar etapas" e, desde o início, adotar técnicas avançadas e garantir-se uma rentabilidade elevada.

Assim, o Brasil pode passar diretamente à grande indústria, sem atardar-se nas formas anteriores de desenvolvimento do capitalismo na indústria. Os resultados da análise dos dados sobre a indústria brasileira em 1907, levantados pelo Centro Industrial do Brasil, indicam-nos que no fundamento a grande indústria não resulta, no Brasil, da transformação do artesanato e da manufatura.

Entretanto, essa rápida acumulação, baseada na constituição da grande indústria no setor de bens de consumo, resulta em efeitos extremamente reduzidos no nível das forças produtivas, dado que, no setor de bens de produção, o desenvolvimento da grande indústria fica praticamente paralizado. Temos assim que *é o próprio capital industrial que exprime de forma mais completa as características das formas de desenvolvimento já presentes no capital caixeiro e que determinam efeitos reduzidos da acumulação ao nível do modo de produção*.

Finalmente, é fundamental destacar que os efeitos das formas de desenvolvimento ao nível das forças produtivas, não podem ser classificados como obstáculos ao desenvolvimento do capital e muito menos como obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. De um lado porque essas formas determinam ao mesmo tempo a possibilidade de uma acumulação relativamente rápida na indústria e na economia em geral. De outro lado, porque esses são efeitos do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por isso, o capital industrial não se opõe diretamente às formas de acumulação dominante, mas procura sempre desenvolvê-las em seu próprio proveito.